

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXI • Nº 313 • Brasília-DF • Março-2009
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625



Semana dos
Povos Indígenas 2009

Paz e Terra

para os povos indígenas

A paz é fruto da justiça

**Criminalização:
indígenas a espera
de justiça**

Página 5

**São Gabriel da
Cachoeira, uma
cidade indígena**

Páginas 10 e 11

Páginas 8, 9 e 16

Ignorados e perseguidos pelos poderes de Estado

Em todo o mundo a palavra mais ouvida e falada nos últimos meses é *crise*. Crise da economia que se iniciou nos Estados Unidos, em função de problemas nos financiamentos imobiliários, atingindo em consequência os grandes bancos. E depois, como um vírus de computador, espalhou-se por todo o sistema capitalista globalizado, pondo em cheque o modelo neoliberal que, para a maioria dos economistas, parecia ser o único modelo viável.

No Brasil a crise que atingia o mundo, como um grande tsunami, chegou sorradeira e hoje provoca pânico entre os grandes empresários, banqueiros, usineiros, latifundiários, que pedem socorro financeiro para não demitir trabalhadores. O governo promete ajudar e pretende reestatizar o que haviam colocado a disposição da iniciativa privada. Pelos discursos e promessas direcionadas para este setor da economia, os cofres públicos estão repletos de recursos. Tanto é assim que o presidente Lula, em seus últimos discursos, prometeu para 2010 a edição do PAC II, como forma de superar a crise. Ou seja, dinheiro não vai faltar para os setores que farão o Brasil se “desenvolver”, afinal este é o princípio do PAC.

E em tempos de crise as ações punitivas contra os que não se curvam aos preceitos econômicos parecem naturalmente justificadas. Aqueles que conhecem os seus direitos, que lutam para mantê-los e ampliá-los, atitude que até pouco tempo era considerada “cidadã”, agora parece ameaçar as frágeis estruturas que garantiriam um rápido e seguro desenvolvimento. São criminalizadas as lutas legítimas de determinados setores da sociedade, que historicamente foram oprimidos. Tornam-se alvos de desconfiança as mobilizações populares, as retomadas de terra, a ocupação de áreas improdutivas, a luta contra empresas que agredem o meio ambiente, contra a transposição do Rio São Francisco, luta

por emprego e salário digno, por escola pública de qualidade, por assistência em saúde. Ao reivindicarem esses direitos, homens e mulheres passam a ser considerados perigosos e são tidos como inimigos dos interesses da nação por aqueles que comandam os amplos poderes de Estado no âmbito do Executivo, do Legislativo e, principalmente hoje, do Judiciário.

No que tange às lutas pelos direitos indígenas acentua-se uma tendência à judicialização, ou seja, ações de responsabilidade do Poder Executivo, acabam sendo contestadas por setores anti-indígenas e tratadas nas esferas do Poder Judiciário. Além disso, observa-se, em algumas regiões brasileiras, uma evidente perseguição às lideranças que assumem corajosamente a luta em defesa da vida de seus povos. Exemplo disso é o que vem ocorrendo no estado de Pernambuco, onde recentemente a decisão de um juiz federal condenou 26 indígenas do povo Xukuru. Todos foram condenados injustamente porque se rebelaram contra assassinatos resultantes de uma emboscada contra o cacique do povo. Ainda em Pernambuco dois indígenas estão presos há mais de um ano sem julgamento, o que é ilegal, e o mais grave, acusados por um crime que não cometeram. Em Mato Grosso do Sul é quase uma centena de indígenas presos ou perseguidos pela justiça,

em função de luta pela demarcação e garantia das terras.

Além de tais perseguições, os povos indígenas e suas lideranças, são frequentemente alvo de outros tipos de violências como espancamentos, emboscadas, assassinatos, suicídios. Nos dois últimos anos foram assassinados em todo o Brasil 152 indígenas, dados alarmantes que comprovam as faces perversas dos poderes públicos em nosso país.

Saindo da questão indígena, outros movimentos de luta no campo, como o MST, MPA, MAB, MMC também sofrem os efeitos da criminalização, tendo algumas de suas lideranças perseguidas ou presas injustamente, como ocorre no Rio Grande do Sul e Pernambuco. Por outro lado, grileiros de terras, latifundiários, pistoleiros, que promovem a violência, permanecem impunes e sequer são investigados por parte dos órgãos encarregados de promover a justiça.

São as faces do Brasil que inclui e exclui pessoas: inclui os que têm poder político e econômico e exclui os demais, perseguindo homens e mulheres que cotidianamente lutam por dignidade e justiça e visam a construção de um outro mundo possível, conforme preconiza o Fórum Social Mundial.

Roberto Antonio Liebgott

Vice-Presidente do Cimi

MARIOSAN



Porantinas

Mulheres contra o agronegócio

As mulheres da Via Campesina fizeram protestos para denunciar que o governo sustenta o agronegócio e as empresas transnacionais do setor exportador enquanto deixa em segundo plano os trabalhadores rurais, a pequena agricultura e a Reforma Agrária, em jornada de lutas na segunda-feira (09/03), em torno do Dia Internacional da Mulher. Foram realizados protestos em Brasília, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.

Índigena pesquisa língua ameaçada de extinção

Pela primeira vez um indígena, o aluno da Universidade de Brasília Edilson Martins Melgueiro, organizou um registro escrito da língua Baniwa. Falante nativo da língua, Melgueiro, 39 anos, defendeu a dissertação de mestrado sobre o tema na sexta-feira, 6 de março, em João Pessoa (PB), no Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística (Abralín). “Os nativos contribuem para a linguística porque só eles podem ter intuições corretas sobre suas línguas”, afirma a orientadora do trabalho, professora Ana Suelly Cabral. A pesquisa analisou a estrutura da língua, e trouxe elementos da gramática, ortografia e dicionarização, fato raro em se tratando de línguas indígenas e mais ainda por ser feita por um integrante da própria comunidade. Até hoje, sabe-se de apenas outro indígena que realizou trabalho semelhante, feito na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sobre o Kirirí. A Unesco classifica o Baniwa no 3º mais alto grau de perigo de extinção entre os 5 níveis existentes.

12º Intereclesial

Entre os dias 21 e 25 de julho, a cidade de Porto Velho (Rondônia) sediará o 12º Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Neste ano, o encontro terá como tema: “CEBs: Ecologia e Missão” e o lema: “Do Ventre da Terra, o Grito que vem da Amazônia”. Iniciado em 1975, os Intereclesiais mostram a caminhada das CEBs e cada edição apresenta um tema diferente, relacionado à realidade de vida do povo. De acordo com padre Luis Ceppi, membro da coordenação do 12º Intereclesial, o encontro tem a intenção de aprofundar e viver mais ainda os caminhos que Deus propôs, além de trabalhar a questão da ecologia.

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 12/03/2009

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES

caritas

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Paulo Maldos
ASSESSOR POLÍTICO

Maira Heinen
EDITORA - RP 2238/GO

Marcy Picanço
EDITORA - RP: 4604/02 SP

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz

Benedito Prezia

Egon D. Heck

Nello Ruffaldi

Paulo Guimarães

Paulo Maldos

Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3034-6279

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Dadir de Jesus Costa
Página 16: Fotos/Arquivo Cimi
com seleção de Aida Cruz

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

Caixa Postal 03.679

CEP: 70.089-970 - Brasília-DF

E-mail: editor.porantim@cimi.org.br

Cimi Internet: www.cimi.org.br

Registro nº 4, Port. 48.920,

Cartório do 2º Ofício

de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00

Ass. de apoio: R\$ 60,00

América latina: US\$ 40,00

Outros Países: US\$ 60,00

Os desafios para os povos indígenas e seus aliados

Paulo Machado Guimarães
Assessor Jurídico do Cimi

Com a eleição do Senador José Sarney para a Presidência do Senado e do Deputado Michel Temer, para a Presidência da Câmara, o cenário político de 2009 iniciou-se com a demonstração de força do PMDB. Ele retorna ao comando do Poder Legislativo, como força aliada do Presidente da República, porém em nítidos movimentos no sentido de se qualificar como força política na disputa eleitoral de 2010, cujas articulações já se fazem sentir desde o resultado das eleições municipais do ano passado, quando o resultado das urnas expôs as vitórias do PMDB e do PT.

Com a popularidade do Presidente Lula superando os 80% de apoio popular, todos consideram que ele continua sendo o principal apoiador para 2010. No campo integrado pelas forças que apóiam o Governo Federal, o dep. Ciro Gomes mantém acesa a perspectiva de ser confirmado candidato do Bloco de Esquerda, constituído pelo PSB, PCdoB, PDT e PMN, enquanto Lula trabalha no sentido de viabilizar, no PT, a candidatura da Ministra Dilma Rousseff e com a expectativa de obter o apoio do PMDB.

Por sua vez, o PSDB prossegue no seu imbróglio, no sentido de conseguir superar a disputa entre os Governadores José Serra e Aécio Neves, mantendo-se o DEM no impaciente aguardo de vir a ser ungido novamente à candidatura da Vice-Presidência.

Considerando que estas movimentações se desenvolvem no contexto da crise econômica mundial, para o projeto sucessório de Lula, impulsionar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e consolidar o Bolsa Família assumem relevância política, como respostas governamentais destinadas a blindar seu governo e o país, contra os impactos inevitáveis decorrentes da redução do crescimento da economia mundial. É neste conjunto de movimentações que a perspectiva de avanços e desafios se colocam em relação à questão indígena.

A força do PMDB no governo federal e nos Governos Estaduais, notadamente no Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina, tem apontado para a continuidade de tensões na área relacionada à demarcação das terras indígenas, que alguns setores indigenistas equivocadamente acreditam tratar-se de tema superado pela perspectiva da gestão dos territórios indígenas.

Há novas formas de ações de setores contrários aos direitos territoriais



indígenas. Por exemplo, a recém publicada Portaria da Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre os trabalhos de identificação das terras Guarani Kaiowá, como condição negociada com o governador do MS para o prosseguimento das atividades de identificação. Além disso, há a proposta da Sociedade Rural Brasileira de que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida que o judiciário brasileiro não deve reconhecer as terras dos antigos aldeamentos indígenas extintos, como bens da União (vinculação da Súmula 650).

Este setor, que desde 2002 vem impulsionando suas articulações contra os povos indígenas, tem na Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária e nas Federações de Agricultura nos Estados, seus pólos de aglutinação. Em outras unidades da federação, estes mesmos interesses prosseguem suas disputas tentando inviabilizar a garantia dos direitos constitucionais dos povos indígenas, seja questionando as demarcações com ações judiciais, seja com agressões físicas e morais contra lideranças, chegando mesmo a articular reações repressivas do aparato policial dos estados e até mesmo por intermédio da polícia federal, como ocorreu em novembro passado com os Tupinambá, na Bahia e como vem sucedendo com os processos criminais contras lideranças dos Povos Xukuru e Truká, ambos em Pernambuco.

Reflexo recente deste intenso e tenso embate pode ser percebido nas preocupações externadas por Ministros do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da ação popular contra a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), cogitando-se a adoção de condições que possam balizar o tratamento da questão indígena.

Os povos indígenas e suas organizações prosseguem, por sua vez mantendo-se mobilizados, no esforço de consolidar conquistas políticas no âmbito administrativo. Retomar a posse de terras que tradicionalmente ocupam, antes de ser uma legítima forma de luta na afirmação dos seus direitos constitucionais, visa impulsionar o funcionamento da máquina administrativa da União, a quem cabe demarcar e proteger as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

A atenção à saúde dos povos indígenas e os esforços para a garantia de educação escolar indígena representam ainda cruciais aspectos na viabilização de condições dignas de vida dos povos indígenas. Neste sentido, as mudanças em curso no Ministério da Saúde, com a constituição de Grupo de Trabalho, com a participação de representantes indígenas, em vista da criação de uma Secretaria de Atenção à Saúde Indígena, assegurando autonomia administrativa,

financeira e orçamentária para os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, como unidades gestoras do atendimento à saúde indígena, constituem providências que não mais são percebidas e reclamadas pelos povos indígenas e o MPF. Agora o TCU está na iminência de concluir a apreciação de atos de fiscalização que tende a concluir neste mesmo sentido.

A realização das conferências regionais de educação escolar indígena, que concluirão com a realização da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena representa mais uma vitória das articulações do movimento indígena, que tem sabido aproveitar os espaços de pressão e negociação com o governo no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista, embrião do não menos almejado Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Junto com o Estatuto dos Povos Indígenas e a Lei Complementar sobre os atos de relevante interesse público da União, com validade em terras indígenas, o Projeto de Lei do CNPI conforma a pauta de interesses indígenas no Congresso Nacional.

Mobilizar seus esforços, de seus aliados nos movimentos sociais, na área cultural, na intelectualidade no país, ampliar e consolidar o apoio das forças políticas progressistas é o desafio central dos povos indígenas no sentido de garantir as condições políticas para que vivam como expressões étnicas e culturais autônomas no Estado Brasileiro.

E o Governo Lula tem o desafio de encerrar sua administração: concluindo as demarcações das terras indígenas; organizando o atendimento à saúde dos povos indígenas e a prestação da educação escolar indígena; sancionando a Lei que cria o CNPI; aprovando e sancionando a Lei Complementar que trata dos atos de relevante interesse da União nas terras indígenas e o Estatuto da Autonomia dos Povos Indígenas. ■

Indígenas se reúnem no intuito de se mobilizar na luta pela terra;

Reunião de regional para elaboração do Estatuto dos Povos Indígenas, que está em pauta na CNPI

Assembléia Regional do Povo Guarani, no RS

Comunidades pedem mais agilidade por parte dos órgãos indigenistas, principalmente na demarcação de suas terras

Equipe Regional Sul

Foi realizado, entre os dias 5 e 7 de fevereiro, o Encontro Sepé Tiaraju – Assembléia Regional do Povo Indígena Guarani, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Caciques, lideranças, homens, mulheres, crianças e descendentes do guerreiro Guarani Sepé Tiaraju se reuniram para discutir e avaliar a situação de seu povo. As aldeias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul chegaram à conclusão de que a grande luta deve ser pela terra, para que a vida e a cultura desse povo seja garantida e se perpetue.

Um ponto bastante enfatizado nos três dias de reunião foi a falta de ação da Fundação Nacional do Índio (Funai), que não cumpre de forma satisfatória seu papel. Como órgão criado para trabalhar exclusivamente com os povos indígenas, as comunidades reclamam da falta de ação da autarquia e da burocracia para regularizar essas terras. Os índios reclamam da demora nos procedimentos e da falta de vontade em resolver as pendências em relação ao povo.

Cansados da espera, os índios pedem mais agilidade na formação de Grupos de Trabalho de antropólogos para fazer o levantamento das terras indígenas ocupadas por fazendeiros. Eles denunciam que muitos grupos indígenas estão há anos à beira de rodovias esperando a resolução dos problemas, sendo expulsos de seus acampamentos em terras que não são propriedades particulares.

A situação no Rio Grande do Sul

Terras como Petim, Passo Grande, Coxilha da Cruz, Estiva, Capivari, Lomba do Pinheiro, na grande Porto Alegre também esperam a regularização que deveria ter sido iniciada em 2008. Em locais onde já foram realizados estudos antropológicos, como Yrapuã, em Caçapava do Sul no RS, os indígenas continuam na espera, pois a Funai não diz quando devem entrar na terra.

Os conflitos com não-índios continuam. Na terra indígena Pacheca, em Camaquã, fazendeiros não respeitam os limites da área indígena demarcada e regularizada e inserem suas criações de gado nas plantações das comunidades indígenas, des-



truindo as roças. Apesar das denúncias, não houve ainda nenhuma ação da Funai para impedir estas invasões. Na terra Cantagalo, em Viamão, a Funai não realiza o pagamento de benfeitorias e as terras que já foram homologadas não foram entregues aos índios e continuam com os não-índios que só saem quando tiverem o pagamento de suas benfeitorias. Outro problema no RS está na terra Mato Preto, em Getúlio Vargas. A lentidão na publicação dos levantamentos antropológicos impede que os Guarani ocupem sua terra tradicional.

Em Santa Catarina

A terra indígena Araçáí foi retomada em 1998, mas até hoje as famílias, que foram retiradas da área, esperam a conclusão dos procedimentos de demarcação da terra. O processo está parado através de uma ação judicial, que já foi inclusive julgada improcedente, mas até hoje as famílias estão na espera. A situação é a mesma na Terra do Morro dos Cavalos, que foi demarcada em abril de 2008, e ainda espera pela continuidade do processo de retirada das famílias dos não-índios.

As terras Guarani, no norte do estado de Santa Catarina, tiveram o procedimento demarcatório iniciado

e no entanto estão sofrendo pressão em função de obras de duplicação de rodovias, ferrovias e construção de portos planejados exatamente nas regiões que afetam suas áreas. As comunidades pedem mais atenção dos órgãos responsáveis.

E no Paraná...

Quando da construção da Hidrelétrica de Itaipu, os indígenas do Paraná foram expulsos de suas terras para dar lugar ao alagamento da usina. Hoje as comunidades vivem em pequenos acampamentos em cidades como São Miguel do Iguaçu e Santa Helena Velha com falta de espaço para o plantio, sem atendimento à saúde e sem fontes de alimentação. Aguardam pela Funai para que realize o reassentamento das famílias. Da mesma forma, vivem as comunidades de Guaíra e Terra Roxa, que esperam regularização das áreas que, a cada dia, perdem espaços territoriais em função da expansão das cidades.

“Essa Terra tem dono!” O grito dado por Sepé Tiaraju em 7 de Fevereiro de 1756 continua sendo ecoado pelo Povo Indígena Guarani e as organizações que os apoiam. E assim será, até que os direitos sejam respeitados, mantendo a esperança de que um dia, ao invés do grito, possam voltar a entoar canções.

Mapa e caderno Guarani

O trabalho conjunto de pesquisadores, universidades e organizações indígenas do Brasil, Argentina e Paraguai produziu o mapa Guarani Retã e o caderno Guarani Retã 2008, lançado durante o Fórum Social Mundial 2009. Ele apresenta cerca de cem mil pessoas distribuídas em aproximadamente 500 aldeias presentes nesta área. Segundo o historiador Antônio Brand, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), essa iniciativa é mais um passo para evitar atropelos aos direitos do povo Guarani. “O mapa e o caderno tem como principal função, mostrar a presença efetiva desse povo na região. Mostrar que estão presentes hoje, em 2009, e que continuam lutando”, afirma.

Além do Mapa, o caderno que o acompanha é fundamental, pois traz informações sobre quem são os Guarani. “A imprensa acaba publicando informações deturpadas, apresentando geralmente apenas as mazelas desse povo, histórias dizendo que os índios invadem terras, os problemas de segurança alimentar, etc. Eles esquecem que esse povo tem história”, diz Brand. O caderno mostra onde vivem, quem são, como se denominam, a língua, quais são as ameaças de destruição de suas vidas.

Para o professor, a união dos países para realizar as pesquisas e desenvolver o mapa e o caderno é de extrema importância, pois é um caminho para dar início a políticas públicas que atendam esse povo. “É possível, através dos materiais, ter uma visão adequada do mundo Guarani e o próprio povo Guarani, que já tem lideranças que perderam a visão do que é o mundo deles, terá um material histórico de seu povo”, completa.

A distribuição dos mapas será feita em comunidades, órgãos de interesse, órgãos do poder público, escolas indígenas e não-indígenas. No mês de abril haverá um encontro para decidir, com professores indígenas, como será feita esta distribuição. Os mapas também serão entregues aos representantes dos Poderes Legislativo e Executivo. “Pelo seu caráter, esses mapas não podem ficar nas prateleiras, é preciso pensar como utilizar esta fonte importante de pesquisa”, finaliza Brand. (Maira Heinen) ■

Indígenas presentes no encontro, participam também da caminhada de luta pela terra

Justiça condena 26 Xukuru à prisão em Pernambuco

Desde a retomada da luta pela terra, assassinatos e perseguições visam acabar com a organização do povo

Marcy Picanço
Repórter

No dia 30 de janeiro, a Justiça Federal de Pernambuco condenou 26 pessoas do povo Xukuru com penas que variam de 1 a 10 anos de prisão e pagamento de multas que chegam a R\$50 mil. A condenação é em função de conflitos entre indígenas que ocorreram em fevereiro de 2003, na vila de Cimbres, dentro de suas terras, próxima a Pesqueira, no agreste Pernambucano.

Os advogados dos indígenas condenados já recorreram da decisão ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, em Recife. Entre outros questionamentos, eles tratam do cerceamento do direito de defesa, pois houve empecilhos para que todas as testemunhas de defesa a que tinham direito fossem ouvidas, e também o tamanho das penas, considerado exagerado.

Os Xukuru aguardam a decisão do TRF em liberdade, apesar disso, a decisão da Justiça já criou um clima de preocupação na comunidade, que há décadas enfrenta perseguições. Neste mesmo processo, a justiça ainda se pronunciará sobre outras cinco pessoas, entre elas o cacique Marcos Luidson, conhecido como Marquinho Xukuru. Segundo o cacique, o povo está muito preocupado, pois essa ação visa desestruturar a organização dos Xukuru para que os

interesses dos adversários históricos do povo na região sejam alcançados.

No processo no qual os 26 indígenas foram condenados, há 35 Xukurus como réus (sendo que um faleceu). Ele trata de um conflito que ocorreu no dia 7 de fevereiro de 2003, quando centenas de Xukuru participaram de um conflito na vila de Cimbres. Naquele dia, dois jovens indígenas, Josenilson José dos Santos (Nilsinho) e José Adenilson Barbosa da Silva (Nilson), foram assassinados durante um atentado contra o cacique Marcos Xukuru, que conseguiu escapar. O crime revoltou a comunidade, que se voltou, incontrolada, contra o assassino José Lourival Frazão (Louro Frazão), indígena Xukuru, e um pequeno grupo de indígenas. Frazão e algumas famílias Xukuru apoiavam ações dos fazendeiros invasores da terra do povo.

O modo como a Justiça Federal conduziu a investigação e o processo judicial sobre o conflito foi questionado por diversos grupos de defesa dos Direitos Humanos de Pernambuco, que apontaram um posicionamento da Justiça contra o povo Xukuru. No conflito, quatro Xukuru do grupo majoritário foram baleados. No entanto, esses casos não foram investigados pela Justiça. Em março de 2006, Frazão foi condenado pelo assassinato de um dos jovens a 12 anos de prisão. Desde dezembro de 2006, cumpre a pena em regime semiaberto.



Foto: Marcy Picanço

Assembléia do Povo Xukuru realizada em 2008

Os advogados de defesa dos Xukuru também questionam a falta de isenção no julgamento. Embora seja pública a tentativa do grupo dissidente de acusar as lideranças tradicionais do povo Xukuru – como retaliação pela posição do povo de não aceitar a divisão do território – as autoridades judiciárias não teriam agido com necessária cautela em um ambiente marcado por disputas políticas, econômicas e especificidades culturais.

Na avaliação do antropólogo Augusto Laranjeiras, o modo como o caso foi tratado, primeiramente pela imprensa e depois pela Justiça, não respeitou características próprias dos Xukuru, ao considerar que havia duas “faccções” em conflito. Segundo Laranjeiras, não eram dois grupos similares em uma mesma

condição. De um lado havia um sistema interno social estruturado e, de outro, um grupo transgressor dos princípios do povo, sem legitimidade interna.

Contra o desenvolvimento Xukuru

O cacique Marcos destaca três motivos para a perseguição aos Xukuru: a insatisfação dos adversários deste povo, por conta da conquista do território (os Xukuru ocupam 97% dos 27 mil hectares da terra, homologada em 2001); a crescente importância política dos Xukuru nas eleições locais e o interesse econômico de antigos invasores de terras, que agora têm o apoio de um pequeno grupo Xukuru, em promover turismo religioso na região.

Perseguições e assassinatos

Para entender o sentimento da comunidade, é necessário resgatar o histórico de perseguições e crimes que vitimaram os Xukuru, desde que eles reforçaram a luta para reconquistar seu território, na década de 1980. Nos últimos 17 anos, além de Nilson e Nilsinho, outras quatro pessoas foram assassinadas em função dessa luta (veja a seguir). Dentre os assassinos, apenas um foi preso, mas foi encontrado morto na prisão. Por outro lado, diversos Xukuru foram investigados e presos acusados por estas mortes.

Além de serem acusados pelos assassinatos de seus aliados, nos últimos anos alguns Xukuru foram acusados e investigados em outros processos. Atualmente

o vereador Aguiinaldo Xukuru chegou a ficar preso durante 30 dias, e os indígenas Rinaldo e Edmilson estão presos, acusados de envolvimento no assassinato do filho de Chico Quelé.

1992 - Everaldo Bispo dos Santos, filho do pajé Zequinha. Assassinado a tiros enquanto buscava cipó em uma mata. O autor dos disparos, o não-índio Egivaldo de Farias, nunca foi levado a júri.

1995 - Geraldo Rolim da Mota Filho, Procurador da Funai, atuava na defesa da demarcação da terra Xukuru. Foi assassinado com tiros pelas costas, na cidade de Umbuzeiro, na Paraíba. Apesar de relacionado à questão fundiária indígena, o caso foi julgado na Justiça

Comum. O autor dos disparos, fazendeiro Theopompo Siqueira de Brito foi absolvido por “legítima defesa”.

1998 - Francisco Araújo - Chicão Xukuru, cacique do povo. Assassinado a tiros por um homem desconhecido. Ele recebia ameaças de morte e também havia sido testemunha de acusação no caso do assassinato do procurador Geraldo Rolim. Na época, a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco trabalharam, principalmente, com as hipóteses de crime passional ou de disputa interna de poder. A partir da atuação de um departamento da PF de fora dos quadros pernambucanos, o inquérito identificou como responsáveis um pistoleiro

(encontrado morto no Maranhão) e o mandante, o fazendeiro José Cordeiro de Santana (Zé de Riva), invasor da terra indígena, morto na carceragem da PF na véspera de seu depoimento.

2001 - Francisco Santana - Chico Quelé, liderança. Assassinado a tiros dentro da terra Xukuru. Novamente a PF e o MPF em Pernambuco privilegiaram a hipótese de disputa interna de poder como motivo para o crime. No inquérito, opositores de lideranças tradicionais foram testemunhas e importantes documentos desapareceram. Como conclusão, foram acusadas as lideranças Zé de Santa e Dandão (que ficou preso por quase um ano), que aguardam em liberdade o júri sobre o caso. ■

Esperanças e incertezas no futuro da saúde indígena no Brasil

Paulo Daniel Moraes

Setor de Saúde do CIR
e Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima

Foto: Arquivo Cimi



Foto: Nílvia Luiz Favretto



Descaso com a saúde indígena ainda é grande em todo país

O anúncio da criação da Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena pelo Ministério da Saúde no final de 2008 foi uma inquestionável vitória do movimento indígena. Ele veio como resultado de uma grande mobilização que culminou com as manifestações do Abril Indígena exigindo mudanças urgentes na gestão da saúde indígena no país. A proposta de criação desta Secretaria vem sendo discutida há muitos anos e foi apoiada pela maioria dos representantes indígenas na quarta Conferência Nacional de Saúde Indígena realizada em 2006, mas acabou sendo derrotada no plenário devido à forma autoritária e antidemocrática com que a Funasa conduziu a conferência.

O grupo de trabalho responsável pela elaboração da proposta de reforma na saúde indígena reúne técnicos do Ministério da Saúde e da Funasa, profissionais de saúde e representantes indígenas de diversas regiões do país. Deverão ser realizados cinco seminários regionais para aprofundamento das propostas nos meses de março e abril de 2009. A mudança do órgão responsável pela gestão do subsistema acendeu uma série de perguntas no seio do movimento indígena em todo o país. Será a tão esperada luz no fim do túnel, ou é apenas mais um trem que se aproxima em sentido contrário?

A primeira questão levantada pelo Fórum dos Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) é a necessidade de transformação imediata dos Distritos Sanitários Indígenas em unidades gestoras, com autonomia administrativo-financeira e fundos distritais de saúde, recebendo os recursos diretamente do governo federal mediante a apresentação de planos de trabalho aprovados nos Conselhos Distritais de Saúde. Esta é a melhor forma para afastar o risco da municipalização que ronda a saúde indígena e que já está presente em boa

parte dos distritos sanitários indígenas do país.

A Funasa ao longo dos quase dez anos de gestão da saúde indígena nunca tomou medidas efetivas para promover a autonomia dos distritos. Nos últimos anos se agravaram os problemas básicos de gestão, com a centralização progressiva das decisões no nível central do órgão, levando à insuficiência de medicamentos e materiais médicos na maioria dos distritos e ao sucateamento da infra-estrutura dos postos de saúde e dos equipamentos utilizados na área, como veículos, radiofonias, microscópios, balanças, etc. Enquanto isto se multiplicavam pelo país as denúncias de uso político e os escândalos de corrupção nas diversas instâncias do órgão.

A caótica gestão da saúde indígena contribuiu para a estratégia de penalização dos convênios pela Funasa, transformando-os em “bode expiatório” e inviabilizando sua continuidade, devido à sobrecarga de auditorias e investigações que provocaram o atraso nos repasses e a paralisação das atividades na área. Esta situação atingiu as organizações e parceiros do movimento indígena que ajudaram a construir os distritos sanitários desde a sua criação, e foi agravada pela existência dos “falsos convênios” denunciados

pelo Ministério Público do Trabalho, surgidos após a edição da Portaria 70 com a única finalidade de intermediar recursos humanos para a Funasa.

A política de recursos humanos dos distritos foi atingida em cheio pela crise, com a precarização da situação trabalhista, provocando enorme rotatividade e desestímulo entre os profissionais envolvidos. O Programa de Formação Profissional de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) está paralisado em quase todo o país, e não há apoio para as iniciativas de formação de profissionais indígenas nas áreas técnicas de laboratório e de enfermagem, entre outras. Falta também uma política de contratação dos AIS que assegure a regularização de seus direitos trabalhistas, uma vez que o pagamento de bolsas de trabalho é considerado ilegal pelos órgãos de controle.

A conquista da autonomia administrativa e financeira é a condição fundamental para o funcionamento dos Distritos Sanitários Indígenas nos moldes preconizados pelas conferências, e passa necessariamente pela democratização do sistema. Para isto, é preciso assegurar a atuação independente dos conselhos de saúde e o protagonismo indígena com vistas ao controle social e à gestão participativa. A escolha dos

responsáveis nos níveis centrais e nos distritos deve passar pelo crivo do compromisso com os povos indígenas, afastando as usuais ingerências políticas e burocráticas.

A Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) asseguram o direito de participação indígena em todas as políticas que lhes digam respeito. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmando a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol representa um importante marco no reconhecimento dos direitos indígenas em nosso país, realçando a responsabilidade do governo federal com o futuro destes povos. Neste contexto, a criação da Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena reacende a esperança de que no fim deste longo túnel se encontre o nascimento de um novo dia para a saúde dos povos indígenas no Brasil.

Como afirma a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU): “Os povos indígenas têm direito à autonomia e autogestão nas questões relacionadas com seus assuntos internos e locais, assim como dispor dos meios para financiar suas atividades de forma autônoma” (artigo quarto). ■

Valorizando os povos do Vale do Javari

Nilvo Luiz Favretto

Equipe Itinerante Regional Cimi Norte I

Lideranças presentes no III Encontro de Pajés realizado na Aldeia Maronal, entre os dias 20 e 23 de fevereiro, ficaram insatisfeitas com a ausência de autoridades e representantes dos órgãos responsáveis pelo atendimento aos indígenas.

O objetivo do encontro, além de valorizar e reconhecer as práticas tradicionais de saúde indígena, também era espaço para discutir a atual situação dos povos do Vale do Javari. As lideranças chegaram a redigir uma carta de repúdio aos que não compareceram e nem sequer responderam ao convite dos índios. De acordo com o documento, diante do atual quadro da saúde das aldeias, bem como as mudanças e discussões sobre as novas diretrizes da Política Nacional de Saúde Indígena, “seria importante que neste evento, onde estão presentes nossos Pajés, as lideranças, AIS, professores e representantes das comunidades; os envolvidos com essas demandas pudessem participar, discutir e compartilhar dos nossos conhecimentos tradicionais, os desafios e a forma com que poderíamos enfrentar os nossos problemas”, ressalta.

Um ponto fortemente discutido durante as reuniões foi a valorização da medicina tradicional de cada povo. “Os conhecimentos tradicionais são importantes na busca de uma solução concreta para as doenças e epidemias que atualmente assolam as aldeias indígenas em nossa região (Alto e Médio



Rio Curuçá). É importante ressaltar que nossos Pajés vêm tendo um papel fundamental nessa luta pela sobrevivência, tendo conseguido reverter casos graves de doenças e poupado vidas”, afirmam na carta. Mas um dos problemas que impedem estas práticas é a falta de incentivo por parte dos órgãos que os assistem, perpetuando uma realidade triste no Vale do Javari: providências paliativas, atividades totalmente fora do contexto das comunidades, o gasto de vultosas soma de recursos sem resultados relevantes, aumento dos índices de doenças e das epidemias (Malária, hepatite Virais) e, conseqüentemente o número de mortes nesta região, além das graves distorções de informações sobre o Vale do Javari.

A Funai não compareceu e nem chegou a se manifestar sobre o convite, apenas repassando-o para a administra-

ção de Atalaia do Norte, que também não compareceu. Outra instituição que não participou, apesar de convidada, foi a Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Estado do Amazonas (FEPI). Segundo o documento redigido, a ausência das autoridades não vai enfraquecer a luta dos povos do Vale do Javari. “Esta é uma luta pelo bem estar dos povos indígenas no interior de suas terras, não é uma questão política. Independente de qualquer ponto de vista (pessoal ou político), seguiremos na mesma perspectiva que vai além de meros nomes ou de quem é ou não o Prefeito(a) de Atalaia do Norte. Esta será uma luta constante e sem tréguas, pois o que está em jogo é a nossa sobrevivência”, advertem.

Práticas tradicionais

O Encontro de Pajés teve o objetivo de reconhecer as práticas tradicionais

de saúde indígena, pois alguns povos já não tem mais a figura tradicional do Pajé. Preocupados com o envelhecimento dos sábios e o pouco interesse de muitos jovens, em 2007 foi realizado o primeiro encontro, hoje na sua terceira edição.

A iniciativa anda na contramão da história moderna neo-liberal que quer, justamente, integrar os indígenas na sociedade nacional sob o ótica de se tornarem ‘cidadãos brasileiros. Para os presentes, o saber tradicional que levou milênios para ser construído não pode, em nome do “progresso”, desaparecer. Além dessa visão errônea há interesses internacionais bem como das grandes redes de farmácias em querer “roubar” esse conhecimento para proveito próprio. O pajés agora têm certeza que seus conhecimentos não estarão perdidos.

Tradições são repassadas no encontro de pajés e no festival de cultura Marubo



II FESTIVAL DE CULTURA MARUBO

Após o III Encontro de Pajés, foi realizado, no dia 23 de fevereiro, o II Festival Cultural Marubo. Teve início com apresentações de alguns cantos tradicionais, destacando o canto dos espíritos. Seguiram-se outras atividades

culturais da comunidade e a apresentação do grupo Ticuna Eware com grande participação do povo Marubo de várias comunidades, bem como de alguns convidados. No dia seguinte ocorreu a Festa do Ako, instrumento musical e de

comunicação do povo Marubo, com sua entronização na Maloca do kakaia José Barbosa. Seguiu-se com o arremesso de arco e flecha, lançamento de lança e, à noite, apresentação de danças típicas marubo por três comunidades: Maronal,

São Sebastião e Boa Vista. O encerramento se deu no dia 26 com a premiação dos vencedores e culminou com mais um show do grupo indígena Ticuna Eware. Nem mesmo a chuva atrapalhou o brilho do evento cultural. ■

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

Artigo 231 da Constituição brasileira



Os povos indígenas do Brasil enfrentam diversas ameaças como

Com Estado ausente, indígenas continuam sem suas terras

Marcy Picanço – Repórter

Roberto Liebigott – vice-presidente do Cimi

O mais duro golpe contra os direitos dos povos indígenas é a omissão do Estado brasileiro no tocante à demarcação das suas terras. O governo federal tem a obrigação constitucional de demarcar as terras indígenas e protegê-las, garantindo o respeito à diversidade étnica e cultural.

Passados 20 anos da promulgação da nossa Constituição Cidadã não houve ainda a regulamentação das determinações que garantem os direitos dos povos indígenas. Os sucessivos governos não agiram efetivamente para resolver os graves problemas que afetam os povos. Revelam, dessa forma, falta de compromisso político com os interesses indígenas e fomentam as violências, tais como os assassinatos, confinamentos em pequenas reservas ou em acampamentos à beira de estrada, suicídios, invasão das terras, depredação ambiental, desnutrição, mortalidade infantil e disseminação de epidemias e endemias dentro das comunidades indígenas.

Têm sido muitos e graves os ataques aos direitos indígenas no Brasil ao longo das últimas décadas, incluindo estes 20 anos de nova Constituição. De modo especial, destacam-se aqueles que atentam diretamente contra os direitos constitucionais que, em síntese, determinam que o governo demarque, fiscalize e proteja as terras e estructure uma política indigenista com participação efetiva dos povos indígenas.

A política indigenista deve, em essência, garantir o protagonismo indígena, o respeito à diversidade étnica e cultural, a assistência diversificada, atendendo as

realidades de cada povo e assegurando a todos os mais de 240 povos a possibilidade de vida futura. Por tudo isso, o governo federal não pode permitir que as demarcações de terras sejam tumultuadas por interesses de terceiros, como políticos, mineradoras, madeireiros, fazendeiros, posseiros, agricultores e outros.

O governo - e as instâncias do poder judiciário - não pode transformar em “processo administrativo”, sobre o qual interesses estranhos operam, um “procedimento administrativo”, por meio do qual o Poder Executivo explicita os limites das terras ocupadas tradicionalmente pelos povos indígenas. Permitir que terras indígenas sejam disputadas administrativamente é dar legitimidade a títulos e ocupações de invasores, cuja nulidade é determinada pela Constituição.

Os povos indígenas, as forças políticas

progressistas, o movimento popular, sindical, indigenistas e demais aliados no Brasil e no mundo devem se mobilizar para que a Constituição Federal seja cumprida e regulamentada por um Estatuto dos Povos Indígenas, onde estejam inseridos e regulados todos os direitos dos povos.

De acordo com a Constituição, a União é proprietária das terras indígenas e é reconhecido aos índios os direitos originários sobre “as terras que tradicionalmente ocupam”. Esse conceito é definido com base em quatro aspectos – considerados em conjunto – de acordo com os usos, costumes e tradições de cada grupo indígena. São eles: as terras habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural.

Outra garantia constitucional importante é a que proíbe a ocupação, o domínio e a comercialização dessas terras e a exploração de suas riquezas. Só há uma exceção permitida pela Constituição: quando se tratar de relevante interesse público da União.

A violência contra os Povos Indígenas

Apesar das garantias constitucionais, a realidade brasileira revela a negação desses direitos, na medida em que a maioria das terras indígenas está invadida por diversos grupos econômicos. Esse fato tem sido a principal causa da violência praticada contra os povos indígenas. Atualmente, em todos os estados brasileiros existem conflitos decorrentes da invasão de terras.

Indígenas fazendo manifestações em Brasília, um busca de agilidade na devolução de suas terras

Kalaiapó / Abril Indígena 2008 - Foto: Haroldo Heleno





o avanço dos monocultivos e os impactos de grandes obras sobre suas terras, mas seguem lutando, fortes e confiantes na Justiça

◆ Pataxó Hã-Hã-Hãe

PERDERAM A PAZ: Os Pataxó Hã-Hã-Hãe viviam no sul da Bahia. Em 1926, para conquistar a região, o governo estadual pediu ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que “pacificasse” os indígenas, reunindo-os numa reserva. Nas décadas seguintes, os indígenas foram obrigados a abandonar sua língua e seu modo de viver. Sofreram violências físicas (assassinatos, prisões arbitrárias, seqüestros, estupros...) e psicológicas. A intenção dos arrendatários das terras Pataxó Hã-Hã-Hãe e de outros agressores era exterminar o povo e, assim, liberar as terras para a exploração. Na década de 1970, o governo da Bahia titulóu as terras do povo para fazendeiros e, mesmo assim, os indígenas resistiram e os cerca de quatro mil Pataxó Hã-Hã-Hãe seguem lutando.

ELES PRECISAM DE JUSTIÇA: O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou, em 2008, o julgamento sobre a ação que trata da terra dos Pataxó Hã-Hã-Hãe. O ministro-relator Eros Grau votou pela anulação dos títulos de posse sobre a terra indígena. O julgamento foi suspenso e o povo voltou a uma espera que dura mais de 25 anos.

◆ Guarani Kaiowá

PERDERAM A PAZ: Os Guarani são um povo de forte espiritualidade. Em seus tekohá (terras tradicionais) sempre viveram em harmonia com a terra. Eles guiam sua existência em busca da “terra sem males”. Infelizmente, muito longe dessa terra de harmonia, os quase 40 mil Guarani Kaiowá que vivem no Mato Grosso do Sul enfrentam a mais angustiante e violenta realidade dentre os povos indígenas no Brasil. Desalojados à beira de estradas ou confinados em pequenas porções de terras, o avanço dos monocultivos está desestruturando o povo. Muitos jovens Guarani se matam (média de 25 nos últimos três anos). Muitos são assassinados (média de 40 nos últimos três anos). Grande parte dos produtores, políticos e meios de comunicação do estado conclamam as pessoas a odiarem os Guarani Kaiowá. Ainda assim, com muita fé, os Guarani usam seus mbaraká e as crianças cantam ritmadas para se comunicarem com

Ñanderu. Eles buscam aliados e realizam ações, como a Campanha Guarani, na luta por seus tekohá.

ELES PRECISAM DE JUSTIÇA: Os Guarani Kaiowá, após muita luta, conseguiram que a Fundação Nacional do Índio (Funai) se comprometesse a realizar estudos para identificação de 32 tekohá no Mato Grosso do Sul. O povo Guarani precisa de apoio para garantir que a identificação e a demarcação das terras aconteçam. O Governo Federal não pode ceder às pressões anti-indígenas.

◆ Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Patamona e Wapichana

PERDERAM A PAZ: Eles vivem em Roraima, em Raposa Serra do Sol (RSS), na região onde Makunaima protege rios, terras, morros... No entanto, arrozeiros vindos de outras regiões do país tomaram parte de suas terras, destruíram matas, contaminaram rios, incendiaram escolas, agrediram indígenas... Mais de 20 indígenas da região foram assassinados nos últimos 30 anos em meio a esses conflitos. Neste período, os povos de RSS se organizaram e conquistaram a homologação da terra. No entanto, os invasores não aceitaram sair e praticaram mais agressões.

ELES PRECISAM DE JUSTIÇA: O Supremo Tribunal Federal (STF) já iniciou o julgamento sobre a ação que questiona a demarcação de Raposa Serra do Sol. Dos oito ministros que já votaram, todos foram favoráveis à manutenção da homologação da terra em área contínua. Faltam quatro ministros votarem.

◆ Guajajara

PERDERAM A PAZ: Quase 20 mil Guajajara vivem no Maranhão. Na fronteira da Amazônia, a riqueza natural de suas terras gera cobiça e, por isso, madeireiros retiram madeira ilegalmente da área. Além disso, nos últimos cinco anos, os madeireiros já atacaram pelo menos quatro vezes aldeias do povo, causando incêndios, medo e mortes. Além disso, os Guajajara também são agredidos, pelo simples fato de serem indígenas. Ao redor das terras Guajajara, muitas pessoas não aceitam a presença deles. É tão forte o preconceito que há pessoas que passam

em motos e carros atirando contra a aldeia. Num desses atentados, mataram uma menina de seis anos. Como viver em paz dessa forma?

ELES PRECISAM DE JUSTIÇA: O Estado brasileiro deve fiscalizar e proteger as terras Guajajara dos madeireiros. Também deve realizar ações para diminuir o preconceito dos vizinhos das terras do povo para que haja paz entre eles e os Guajajara.

◆ Matis, Marubo, Kanamari, Mayoruna, Korubo e Kulina

PERDERAM A PAZ: Esses povos, além de alguns grupos sem contato, vivem na bela região do Vale do Javari, extremo oeste do Amazonas. Em grandes malocas, costumam viver avós, pais, filhos, tios, irmãos. Eles cultivam suas roças, caçam e pescam. Assim todos se alimentam. Algumas pessoas, no entanto, não conseguem mais ter paz, pois perderam seus parentes, que contraíram hepatite e não tiveram atendimento adequado. Muitos deixam as malocas e roças. Na região, 80% dos indígenas estão contaminados com hepatite tipo B. A desassistência à saúde afeta quase todos os povos indígenas no Brasil.

ELES PRECISAM DE JUSTIÇA: Os povos do Vale do Javari e todos os indígenas do Brasil têm direito a atendimento à saúde diferenciada. Para viver em paz, precisam de remédios, médicos, transportes e de ações para manter os invasores, que muitas vezes transmitem as doenças, fora das terras.

◆ Truká

PERDERAM A PAZ: Os Truká vivem na Ilha de Assunção, às margens de Opará (como os povos da região chamam o rio São Francisco). Por décadas, eram humilhados por serem indígenas e, muitas vezes, precisaram esconder sua identidade. Mas conseguiram resgatar o orgulho de serem indígenas e reconquistaram suas terras. Essa luta enfrentou agressões que permanecem até hoje. Desde 2005, três lideranças foram assassinadas e diversas outras são ameaçadas por serem testemunhas desses crimes.

O bem-estar dos Truká também está ameaçado pela transposição do rio São Francisco. A obra é anunciada como a

solução para a seca do Nordeste, mas, de fato, levará água principalmente para as grandes plantações da região.

ELES PRECISAM DE JUSTIÇA: As famílias Truká querem Justiça no caso das lideranças assassinadas e esperam que os indígenas ameaçados de morte sejam protegidos. A paz só será plena se o rio, fonte de vida do povo, não for destruído.

◆ Xetá

PERDERAM A PAZ: Em toda a região Sul, os povos indígenas foram, ao longo das décadas, perseguidos por governantes que visavam “limpar” as terras, ou seja, remover os indígenas para entregar as áreas para europeus, nos programas de colonização. Neste processo, muitos indígenas foram mortos e alguns povos exterminados. O Xetá é um dos povos que foi quase exterminado. Na década de 1950, na invasão da terra do povo, mataram todas as pessoas, exceto nove crianças, que viram o massacre de seus pais. Essas crianças foram criadas separadas por não-índios. Hoje, os Xetá (cerca de 90 pessoas) vivem espalhados em diferentes terras e cidades, mas se reúnem sempre que possível.

ELES PRECISAM DE JUSTIÇA: Os Xetá precisam que sua terra seja devolvida para que eles possam se reunir, reconstruir sua unidade, se multiplicarem e desenvolverem novamente seu modo de vida na sua terra de origem.

◆ Povos sem contato

PERDERAM A PAZ: Os cerca de 60 povos em situação de isolamento e risco fogem do contato com a sociedade envolvente, muitas vezes, por temerem que novos massacres dizimem o povo. Em Rondônia, a construção das barragens de Jirau e Santo Antônio pode exterminar grupos de isolados. No Amazonas, a exploração mineral e o avanço da monocultura ameaça índios sem contato. No Maranhão, madeireiros, carvoarias e outros invasores devastam o habitat dos Awá Guajá sem contato, levando muitos à morte.

ELES PRECISAM DE JUSTIÇA: Os povos sem contato devem ser reconhecidos. A opção de viverem afastados deve ser respeitada. O Estado deve demarcar suas terras e garantir a proteção da área.

Um Brasil indígena

Em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, 90% da população é indígena e o município possui três línguas tradicionais reconhecidas oficialmente ao lado do português

Clarissa Tavares

Jornalista - de São Gabriel da Cachoeira (AM)

Apenas quando o bimotor levantou vôo do aeroclube de Manaus, capital do Amazonas, foi possível compreender onde estávamos. Um mar de floresta invadiu a pequena janela e se estendeu até o limite de alcance da visão. As águas turvas do rio Negro serpenteavam indicando o destino da viagem: São Gabriel da Cachoeira.

O município, às margens do alto rio Negro, está localizado no noroeste do Brasil e faz fronteira com a Colômbia e a Venezuela. Fica a 860 km de Manaus e o acesso se dá por barco ou avião. Fundado em 1668, possui cerca de 40 mil habitantes, segundo o último levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007, sendo 90% indígenas, num total de 23 etnias.

São Gabriel da Cachoeira é o mais indígena dos municípios brasileiros e também o terceiro maior do país com 109.180 km² (área maior que a do estado de Pernambuco). Seu território abrange a quase totalidade das terras indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I e II, parte das terras indígenas

Yanomami e Rio Teá, a terra indígena Balaio – em processo de demarcação – e a Maribitanas Cué Cué – em processo de identificação. No total, as terras indígenas somam quase 90% da área do município.

Há também uma área de uso especial do Exército Brasileiro e duas Unidades de Conservação: o Parque Nacional Pico da Neblina (federal) e a Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos (estadual), que ocupam 6,34% do território do município.

Ponta de lança

Apenas por estas peculiaridades socioambientais, São Gabriel já poderia ser considerado um município bastante diferenciado de qualquer outra cidade brasileira, mas elas ocasionam algo mais: um cenário cultural único. As línguas indígenas, o artesanato, a culinária, a relação dos moradores com o rio dão pistas de que há muito mais a descobrir. São Gabriel foi o primeiro município no Brasil a reconhecer três línguas indígenas como cooficiais: tukuno, baniwa e ñhengatu, que são as línguas com maiores populações de falantes. Porém, muitas outras línguas são faladas no cotidiano das comunidades.

Foto: Clarissa Tavares



A Lei nº145, que propõe a oficialidade das línguas indígenas é de 2002, mas o decreto que a regulamenta foi aprovado pela Câmara Municipal e assinado pelo prefeito apenas em 2006. A partir de então, estabeleceu-se que toda repartição pública teria que atender e despachar documentos também nas três línguas indígenas, assim como as campanhas publicitárias institucionais.

A autoria do projeto foi do então vereador indígena Camico Baniwa. “Essa era uma demanda do movimento indígena e dos professores indígenas desde 1998”, ano em que foi criado o

primeiro magistério indígena em São Gabriel da Cachoeira. A iniciativa foi bem recebida pela população, porém até hoje, “não existe a implementação de fato”, admite o ex-vereador.

“O governo municipal não tem vontade política para implementar. Tem casos especiais em que há o atendimento na língua, mas isso acontece mais porque há indígenas trabalhando nesses lugares e já falam a língua do que por causa da lei”, explica a liderança Tuiuka Higino Pimentel Tenório.

A implementação da lei se coloca como um desafio para a nova gestão municipal, ainda mais por estar sob a liderança de representantes indígenas. Outra vez São Gabriel saiu na frente e, nas últimas eleições, conseguiu levar indígenas ao cargo de prefeito e vice-prefeito: o Tariano Pedro Garcia e o Baniwa André Fernando, respectivamente. “A gente pensa em todos os

Vista aérea de São Gabriel da Cachoeira; André Baniwa, vice-prefeito, em frente a maloca da Foim

Personagens

Maria Suzana de Sousa



Suzana, do povo Dâw, casou com um Tukano e, aos 25 anos, é mãe de três meninas. As filhas nasceram na comunidade Wuará, dos Dâw, que fica a três quilômetros da sede de São Gabriel. O acesso é feito somente por barco.

A comunidade é nova. Foi criada na década de 80 para fixar os Dâw, povo de origem nômade. Lá vivem 24 famílias que criam galinhas e plantam açaí, mandioca e banana. Além do consumo, eles vendem o excedente para comprar o que não é produzido na aldeia. “Antes tinha muita caça: cutia, porco, veado... ainda tem, mas tá mais difícil. E peixe também tá difícil”, lamenta Suzana.

Quando as filhas adoecem, ela procura o posto de saúde, pois da medicina tradicional pouco restou. “Meus pais usavam mais ervas, mas eu nunca aprendi. Nem os outros, o pessoal aqui só quer remédio de branco”, observa.

Donato Miguel Vargas, povo Karapanã

Karapanã no Norte do Brasil é nome de mosquito, muriçoca e também de povo indígena. O trocadilho rende diversão aos amigos de Donato, que também dizem ser ele é o único índio Karapanã de São Gabriel. Isso porque os parentes de Donato moram logo ali, do outro lado da fronteira, em terras colombianas, nas cabeceiras do rio Papuri. Lá Donato tem três tios e uma parentela incontável.

“Já nasci pra cá. Meu pai era colombiano e veio com 15 anos”. O pai foi levado, junto com um primo, a São Gabriel pela comissão demarcadora de fronteira, que tinha à frente o general Candido Rondon. O primo morreu de malária. O pai fixou paragem e casou com uma indígena Tariana. Em 1958 nasceu Donato. Apesar de ser autodeclarar Karapanã, Donato, pelo pouco contato, nunca aprendeu a falar a língua dos parentes. Aprendeu sim, aos 19 anos, a língua Baniwa, uma das mais faladas em São Gabriel.



Hoje, Donato é professor, membro da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena e uma das pessoas mais respeitadas em São Gabriel quando o assunto é educação indígena.



Higino Pimentel Tenório

De fala certa, Higino é um jovem senhor Tuiuka de 54 anos. Mora na comunidade São Pedro do alto rio Tiquié, a 300 km da sede do município. De barco, o acesso dura cerca de 72 horas.

Na década de 70, Higino cursou o ginásio na missão salesiana, em São Gabriel, depois fez o magistério indígena e hoje é professor de mitologia Tuiuka. Morou durante cinco anos na Colômbia e lá aprendeu a militar no movimento indígena. “O movimento indígena tem o objetivo de fortalecer a cultura de cada povo”, fala.



documentos serem nas três línguas, desde os documentos da Prefeitura aos boletos de banco. Assim como os nomes das ruas, as sinalizações... Para isso teremos que dialogar com parceiros e todos os secretários. O trabalho é grande, é um desafio mesmo”, explica André Baniwa.

Outro passo importante a ser dado em São Gabriel é dar prosseguimento a implementação do plano diretor do município, regulamentado pela Lei nº209, em 2006. Mas, como coloca André, estes não o os únicos desafios. “Queremos valorizar a diversidade. Temos o desafio de implementar uma gestão democrática e participativa que não tem tradição no município. De trabalhar áreas temáticas como saúde, educação, desenvolvimento, meio ambiente, pela visão das comunidades. E também implementar ferramentas como o orçamento participativo”, afirma.

Ainda aluno do ginásio, tinha medo e vergonha de falar sua língua em público. “Era um momento em que a educação condenava e oprimia a língua indígena”, relembra. “Hoje, após a Constituição de 1988, caminhamos para um mundo de ressignificação, pois embora a gente tenha perdido parte da nossa cultura, os povos indígenas estão se expressando”, aposta.

Em Higino, surpreende a visão política, a hombridade, a compreensão do mundo. “O índio se apropriou do conhecimento da escola do branco, depois da opressão da sua língua e cultura e agora começa outra etapa de valorização da cultura. Antes eles oprimiam os pajés e agora querem que voltem”. A mesma perseguição aconteceu com os velhos indígenas. “Nós, professores, não sabemos de nada. O velho é o verdadeiro sábio. Quando ele morre, metade do conhecimento vai com ele”, nos ensina o mestre Tuiuka.

O centro é o movimento

Avistar São Gabriel da Cachoeira do alto é como encontrar um tesouro. A cidade parece uma civilização perdida em meio à floresta, delimitada pelo rio Negro. Em solo, as avenidas principais são asfaltadas, há comércios e antigas construções, escola agrotécnica e bases do Exército, além de uma infraestrutura básica com hotéis e restaurantes.

O intrigante é que, diferentemente do que acontece em diversas cidades do interior do Brasil, o centro da cidade não é a praça. A cidade parece girar em torno de uma maloca, sede da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). É lá, na maloca da Foirn, que os indígenas se organizam para reivindicar serviços, debater as demandas das comunidades, defender os pontos de vista dos indígenas.

Criada em 1987, a federação possuía objetivos claros: buscar a formação acadêmica para os indígenas, desenvolver projetos de desenvolvimento sustentáveis e, principalmente, defender os direitos coletivos dos povos por meio da demarcação contínua das terras indígenas. “Primeiro foram as missões salesianas que vieram para catequizar e ‘civilizar’ os índios. Depois, chegaram os militares que eram contra as demarcações das terras indígenas de forma extensa e contínua. As terras, então, eram demarcadas em ilhas, na forma de colônias agrícolas. As lideranças não aceitavam isso, aí foi criada a Foirn”, explica Domingos Barreto, diretor presidente da Foirn.

Onze anos após sua criação, em 1998, foram homologadas cinco terras indígenas no alto rio Negro, somando 11 milhões de hectares, onde vivem os 23 povos indígenas de São Gabriel. E hoje, a Foirn agrega mais de 600 associações indígenas. Além disso, teve papel determinante na eleição da primeira chapa de prefeito e vice-prefeito indígenas, numa cidade com maioria indígena absoluta. “Era um desejo de muito tempo e o movimento indígena focou isso como meta. Era o desejo de ver as políticas públicas atenderem as demandas das comunidades”, resume o vice-prefeito Baniwa. ■

Educação

Indígenas conquistam diploma universitário na PUC-SP

Jovens de três povos se formam em direito, enfermagem e outros seis cursos em São Paulo

Ir. Beatriz Maestri e Vanessa Ramos
Cimi Regional São Paulo

“Os que hoje estão se formando são lutadores de uma grande peleja, cuja vitória contou com o esforço de muita gente”. Com essas palavras o líder guarani Emerson abriu a cerimônia de formatura de 11 indígenas dos povos Pankararu, Kaingang e Krenak que aconteceu no dia 4 de março de 2009 na Pontifícia Universidade Católica (PUC), em São Paulo.

Os estudantes, que vivem em São Paulo, se formaram em cursos como pedagogia, ciências sociais, letras, ciências contábeis, turismo, enfermagem, mídias digitais e direito. Para eles, esta conquista é o começo de uma grande batalha, como afirmou Joel do povo Guarani: “Cada dia de nossa vida é um grande aprendizado. Não se está ganhando nada, é um direito nosso”.

Os recém-formados integram o Programa Pindorama, criado em 2001, numa parceria entre a PUC, a Pastoral Indigenista e comunidades indígenas que vivem na capital, tendo em vista a inclusão dos jovens indígenas no ensino superior.

Ao longo desses anos, passaram pelo programa 109 indígenas das etnias Pankararé, Pankararu, Potiguara, Krenak, Atikum, Kaingang, Terena, Guarani Nhandeva, Guarani Mbyá, Pataxó e Xukuru. Destes, já se formaram 38 estudantes.

Uma das exigências do programa é que o aluno-bolsista participe de reuniões mensais, onde debatem os problemas enfrentados, mas que se tornou um espaço de formação. “Vários desses indígenas, sobretudo os nascidos em São Paulo, reencontraram ali suas etnias. E na universidade, novas cobranças surgiram criando a necessidade de eles conhecerem mais sobre o seu próprio povo e sobre sua história”, afirma Benedito Preziza, um dos coordenadores do Programa.

Se por um lado os indígenas conquistam um espaço no ensino superior, por outro, eles levam para dentro do meio universitário o debate sobre os conhecimentos tradicionais e qualificam sua ação na própria comunidade – em São Paulo ou nas aldeias de origem.

A Pankararu Rejane Aparecida Silva, recém formada em Direito, pretende especializar-se em Direitos Humanos para atuar na defesa dos povos indígenas. Ela quer enfrentar os problemas tanto em Pernambuco, de onde veio e onde há terras invadidas por posseiros, como na grande São Paulo, onde a maioria dos Pankararu vive em favelas. “A instrução recebida servirá para auxiliar no processo de emancipação de nossos povos, marginalizados há tantos séculos”, declara a líder. ■



Mãe e a filha formanda, Rejane Aparecida Silva, durante a as solenidades de colação de grau na PUC-SP

Foto: Jaime Parias

OIT questiona governo brasileiro

Organização Internacional do Trabalho quer saber por que o governo não consulta povos indígenas sobre obras em suas terras

Marcy Picanço
Repórter

No dia 18 de fevereiro, a Comissão de Especialistas na Aplicação de Convênios e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou suas observações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT no Brasil. A Comissão solicitou ao governo brasileiro esclarecimentos sobre a ausência de consulta aos povos indígenas e quilombolas em relação às leis e obras que os impactam.

As observações foram respostas ao informe enviado, em setembro de 2008, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que reuniu avaliações de diversas

organizações quilombolas e indígenas do Brasil. Após receber o informe, a OIT também o encaminhou ao governo brasileiro. A memória feita pelo governo sobre a aplicação da Convenção só chegou no dia 31 de outubro, fora do tempo para ser totalmente analisado. Ainda assim, o Governo não deu respostas às comunicações enviadas. A Comissão da OIT questionou o informe do governo, pois só trata das questões indígenas, apesar do Estado brasileiro considerar oficialmente que a Convenção também se aplica aos quilombolas.

A OIT também lembrou ao governo brasileiro que os povos devem ser consultados todas as vezes que alguma lei ou obra puder impactá-los. Nesse sentido, pediu informações sobre a falta

de consulta na discussão do projeto 1610/96, que trata da mineração em terras indígenas. As formas atuais de consultar os povos também devem ser reavaliadas pelo governo junto com organizações indígenas.

O governo brasileiro também deve enviar informações sobre cinco casos destacados no informe da CUT: 1) Hidroelétrica de Belo Monte (PA), 2) Transposição do rio São Francisco (NE), 3) Projeto de lei sobre Hidrelétrica Contigo, na Raposa Terra do Sol (RR) 4) Situação calamitosa dos Guarani-Kaiwoá (MS) 5) Mineração na terra dos Cinta Larga. Os casos despertaram a preocupação da Comissão da OIT. As informações do governo brasileiro devem ser apresentadas ainda em 2009. ■



O povo Anacé e o complexo industrial e portuário do Pecém

Alexandre Fonseca
Cimi NE

O Estado tem sido o principal inimigo dos povos indígenas no Brasil. Na história do povo Anacé não tem sido diferente. No século XVII o Estado invadiu seus territórios para facilitar a entrada dos empreendimentos coloniais. Nos últimos quinze anos o pesadelo da intervenção reaparece, reeditando a mesma lógica colonialista: remover o povo para que os empreendimentos privados se instalem em seus territórios.

Os Anacé viviam em seu território tradicional sem maiores problemas até o dia em que o governo cearense resolve escolher sua terra para assentar um grande negócio. No dia 05 de setembro de 1995 o governo do Estado anunciou o início das obras de um empreendimento industrial e portuário no território Anacé. Três séculos antes expulsavam e matavam com a força militar, de mercenários ou capangas. Hoje utilizam decreto de desapropriação ilegal, mas de resultados tão nefastos como antes. Cerca de cem famílias Anacé foram obrigadas a deixar seu território tradicional. O Estado criou três assentamentos, antes denominados de aldeamentos. Aos olhos do estado, tudo virou mercadoria.

Foto: Arquivo Cimi



Desconsidera-se a presença dos Anacé que passaram a ser vistos como obstáculos que precisavam ser removidos. Assim declarou, dias atrás, o governador Cid Gomes na TV Diário, repetindo o que o presidente Lula falou no ano passado. Não apenas os índios são vistos como obstáculos, mas também a legislação ambiental. Neste caso, o governador chamou de burocracia que atrasa o cronograma das obras no complexo portuário do Pecém. O Sr. Antonio Balhmann, presidente da Agência de Desenvolvimento do Ceará (Adece), que esteve reunido com negociantes da empresa Cargo Ventores, declarou no jornal Diário do Nordeste (10/02/09) que “eles estavam querendo começar até o final deste ano, mas tem toda uma burocracia a

cumprir, como a expedição de licenças ambientais, o que deve prorrogar o início (das obras) por mais tempo”. A empresa Cargo Ventores controla a zona livre Miami e “pretende investir na construção da infra-estrutura de carga refrigeradas no porto do Pecém”, território Anacé. Precisa ser dito que os organismos estatais que deveriam proteger o meio ambiente são do mesmo estado que promove o assalto e saque do território indígena.

Amor e pertença a terra

O povo Anacé organiza-se e articula-se com o Movimento Indígena e aliados para enfrentar os desafios. Na IX Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará, Conceição Anacé afirmou: “Cada um que luta pela terra é porque tem

amor por ela. Aí eu vou lá. Qualquer coisa que ofende a terra eu vou lá. O assentamento onde colocaram nosso povo é um crime. Quando se fala em desapropriação a gente vê idosos chorando. Quem tem fé em Deus a esperança pode arriar um pouquinho, mas não desaparecerá. Se somos um povo só, se somos todos parentes, vamos lutar pela terra. Eu nasci aqui, me criei aqui e vou morrer aqui. Só merece a terra quem derramou suor como adubo”. A próxima Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará será no território Anacé. O povo Anacé, como todos os povos indígenas do Brasil e do Continente, luta para garantir seus direitos territoriais e étnicos e para construir um estado democrático pluri-nacional e multi-étnico. ■

**Vista do
complexo
portuário de
Pecém**

Uma crise do modo de ser

Maíra Heinen
Editora do Porantim

“E stamos indo para o segundo ano de crise e ainda não existe enfrentamento direto para esta questão. A crise não é conjuntural. É longa”. Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e professor licenciado da Unicamp, fez as afirmações durante sua fala na reunião da Coordenação da Via Campesina, em Luziânia, GO. Convidado para fazer uma análise de conjuntura sobre a crise, que é realidade em todo mundo, Pochmann ressaltou que o que se vive hoje é uma crise global e não apenas econômica; um colapso que não é ocasional.

Diferentemente de outros períodos emblemáticos, como o ano de 1929, ela ocorre quando praticamente todos os países do mundo estão submetidos à mesma lógica mercantil. O sistema, que reúne riquezas fictícias, ações nas bolsas, padrões de consumo e produção nunca vistos antes, não tem mais saída. O esgotamento apenas começou no sistema financeiro, coração do capitalismo. Mas já atinge todos os outros espaços: núcleos sociais, o modelo de trabalho, família e política.

O que vemos nos jornais é uma parte econômica e mais atual da crise. Sabe-se que os outros aspectos são importantes e graves. O que vem sendo colocado sempre por movimentos so-

ciais, estudiosos e organizações pode ser observado agora, que é o agir no mundo de um modo equivocado. Um modelo adotado em que se prioriza o mundo das finanças, o agronegócio, o consumismo, a destruição ambiental, não tem sustentabilidade a longo prazo, justamente porque o próprio planeta não suporta.

Como sobreviver num mundo onde, com o avançar dos séculos, ao invés de uma melhora nos contextos de trabalho, família, meio ambiente e bem estar, só existe piora com novas tecnologias? No trabalho, as jornadas que deveriam diminuir, se tornam cada vez maiores. Trabalha-se a todo tempo, com os recursos da informática (computadores, celulares) em qualquer lugar. As conquistas de lutas sociais por trabalho justo e direitos se perderam. As discrepâncias entre pobres e ricos aumentaram. As casas são depósitos de produtos de consumo para famílias cada vez menores. Então, a crise seria apenas econômica? Os fatos mostram que não. É um modo de ser equivocado.

E o Brasil?

A versão econômica de toda essa crise chegou ao Brasil com o problema do crédito (um quinto é originário

A solução para uma nova maneira de ser, para um novo modo de produção, que não seja inconsequente, deve partir dos setores populares.

do exterior), o comércio externo (exportação) e as decisões que as multinacionais tomam no Brasil, seguindo orientações de suas matrizes estrangeiras. Apesar de entrar no país num período de melhoras dos indicadores financeiros, ela é uma inflexão na trajetória econômica brasileira. E o enfrentamento está sendo feito de duas maneiras pelo governo: política financeira conservadora e políticas de certa forma encaradas como pós-crise. Ao mesmo tempo em que se libera dinheiro para empresas, anuncia-se a construção de 500 mil casas, na intenção de criar empregos na construção civil. A solução dos problemas não está posta.

Mas a crise é um espaço colocado para transformações profundas. É preciso atingir um novo padrão civilizató-

rio no século XXI e deve-se aproveitar o período para buscar novos rumos, em todos os espaços em que a crise possa ser sentida. É necessário um Estado com políticas públicas, inter-relacionadas. A reforma agrária, por exemplo, deve ser uma delas. Não deve ser apenas a distribuição de terras em si, mas é necessário educar para a terra, valorizar o campo como espaço de vida e não apenas de produção para exportação.

Esse é o momento de atuação forte dos movimentos sociais. Eles devem apresentar um novo modelo de civilização. A burguesia, que se mostrou forte logo após a crise de 1929, não tem projeto. A solução para uma nova maneira de ser, para um novo modo de produção, que não seja inconsequente, deve partir dos setores populares. ■

Texto baseado na fala de Marcio Pochmann durante o Encontro da Coordenação da Via Campesina, em Luziânia, GO.

Foto: Marcy Picango



Passeata dos movimentos sociais realizada em Belém, durante o FSM 2009: a solução para crise global está nas organizações

Assine o PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: **R\$ 40,00**

*Ass. de apoio: **R\$ 60,00**

América Latina: **US\$ 40,00**

Outros países: **US\$ 60,00**

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Solicite sua assinatura pela internet: **adm.porantim@cimi.org.br**

Os Katukina e a relação com os não-índios



José Handson Silva Santos*
Equipe Cruzeiro do Sul

Katukina foi um termo usado de forma generalizada e incerta para referir-se a vários grupos Pano na região do Alto Juruá, mas precisamente nos rios Gregório, Liberdade, Tarauacá e Envira. Os Katukina se autodenominam Noke Kuin, gente verdadeira, pertencente à família lingüística Pano. Dados de legenda, dizem que o termo Katukina é o nome de um mosquito que tem uma picada muito dolorida, e é encontrado na região, mas é provável que esta espécie de inseto tenha sido nomeada pelos colonos relacionando pejorativamente ao grupo indígena. Não se sabe ao certo se o termo Katukina tenha sido atribuído por parte dos brancos ou propriamente pelo governo, mas de certo, este nome tornou-se aceito pelos membros das aldeias dos rios Campinas e Gregório. Sob o termo Katukina, há seis autodenominações: Varinawa (povo do Sol), Nainawa (povo do Céu), Kamanawa (povo da onça), Santanawa (povo da lontra), Waninawa (povo da pupunha) e Numanawa (povo da juriti).

“O contato com o homem branco só nos trouxe atraso. Nos deram um nome sem significado, nos deixaram numa terra sem possibilidade de sustento, nos encheram de promessas inovadoras e apesar disso tudo, continuam nos

massacrando com o abandono do Poder Público e roubo de nossas riquezas e culturas”. Com estas palavras, Nilo Katukina (cacique) numa reunião na aldeia Varinawa, expressa um pouco de como tem sido e acontece a relação com as pessoas de fora.

Vivendo à margem da BR 364, os Katukina têm que conviver com o medo, a falta de privacidade e a insegurança. As casas já não são construídas tradicionalmente. Praticamente todas elas são feitas de madeiras com cobertura de alumínio ou telha brasilite. Dormem às portas trancadas, pois temem que alguém chegue inesperadamente e os roubem. Muitas pessoas os questionam sobre o porquê de morarem à margem da rodovia. Se não seria melhor construir suas aldeias bem distantes da movimentação. Os Katukina costumam responder as estes questionamentos dizendo que não há para onde fugir, pois a área é muito pequena e não há caça ou rio para pescarem, além disso, só iria aumentar as dificuldades, pois se morando à margem da estrada já são desprezados pelo Poder Público, muito mais ainda se ficarem longe dos olhos dos órgãos competentes.

A aldeia Katukina do rio Campinas foi formada em 1972, data que coincide com a abertura da BR-364. Com o ciclo da borracha, muitos índios tornaram-se empregados dos seringueiros. Em troca da mão de obra, na exploração da borracha, derrubadas e

outros serviços, recebiam mercadorias que eram divididas nas aldeias. Com o passar dos tempos os índios foram se cansando de serem explorados pelos “patrões da borracha”, e a permanência nos seringais ficou cada vez mais difícil. Vendo que podiam trabalhar na abertura da abertura da BR-364, decidiram trabalhar para o BEC (Batalhão de Engenharia e Construção), na atividade de derrubada na abertura da estrada.

O processo de delimitação da Terra Indígena Campinas/Katukina foi iniciado em 1978 mediante a luta dos índios que buscavam obter uma área reconhecida, não suportando mais viver fugindo em busca de um lugar para viver dignamente, decorrendo muitos conflitos entre índios e não índios e inúmeras reivindicações por parte dos indígenas, a Funai resolveu assumir a situação e procurou iniciar o processo de reconhecimento da área Katukina.

O Decreto de demarcação foi assinado pelo Presidente José Sarney, em 1985, mas sua homologação só ocorreu no dia 12 de agosto de 1993 no Governo do Presidente Itamar Franco. Mesmo com toda legalidade essa terra só foi definitivamente registrada no Serviço de Patrimônio da União em 1999. A Terra Indígena Campinas/katukina corresponde uma área de 32.623 ha e a BR-364 corta 18 Km de sua área. Quando a área katukina foi demarcada havia apenas 90 índios na

região, hoje esse número equivale a 548 pessoas.

Os Katukina reclamam que pessoas entram e saem nas aldeias na hora que querem, sem nenhum entrave ou conhecimento das autoridades competentes. Na verdade o governo estadual é o maior incentivador do turismo em terras indígenas em todo Acre, mas não verificam quem são as pessoas que visitam as áreas indígenas, e muito menos o que elas levam em suas bagagens. Próximo à área katukina, sentido Cruzeiro do Sul, existe um posto da polícia militar, mas raramente eles verificam algum carro.

Geralmente os caciques inconformados procuram o Cimi para relatar a realidade, mas temem em levar a denúncia ao Ministério Público, dizem que querem evitar conflitos internos, pois os próprios parentes, ou seja, pessoas da comunidade que se dizem “líderanças”, e que já estão atreladas ao governo e ao sistema, são quem facilitam essas entradas de pessoas aproveitadoras, esses indígenas agem sempre com intenção de conseguir algum tipo de ajuda. Em Cruzeiro a Funai não tem sequer um escritório próprio para atender denúncias e também quando recebe não tem conseguido dar o encaminhamento necessário. ■

* Trecho retirado de relatório do Missionário José Handson Silva Santos, da equipe de cruzeiro do sul, enviado para o curso de formação Básico 2009

Povo katukina vive atualmente às margens da BR- 364, município de Tarauacá, AC

Fotos: José Handson Silva Santos



Um modelo aplicado no Chile

Francisco Olivos Ravé*

A Organização Mundial da Saúde-OMS e a Organização Panamericana de Saúde-OPAS colocaram em 1974, como uma prioridade para os países em desenvolvimento, que os agentes da medicina tradicional deveriam tornar-se aliados importantes na implantação de um novo modelo de medicina, capaz de melhorar a saúde das comunidades indígenas em parceria com os sistemas formais de saúde.

No Chile, desde 1989, quando foi assinado o Acordo de *Nueva Imperial*, foram dados passos importantes para o estabelecimento de uma nova relação entre o Estado e os povos indígenas. Em 2000, o presidente Ricardo Lagos se comprometeu, entre 16 medidas tomadas, a aplicar um modelo de *saúde inter-cultural* com o objetivo de melhorar as condições de vida dos povos indígenas em áreas rurais e fomentar seu desenvolvimento, respeitando as características essenciais de sua identidade.

Assim nasceu, em setembro de 2001, o programa *Origens*, uma iniciativa multisetorial, que visava fomentar o desenvolvimento numa perspectiva sustentável, com ênfase no cultural e, sobretudo, a partir da identidade própria de cada povo, pois, como estabelece a legislação indígena no Chile, os povos originários são elementos fundamentais da identidade chilena.

Este programa tinha vários objetivos específicos, como, melhorar as possibilidades e oportunidades de acesso das comunidades indígenas aos serviços públicos; fortalecer as comunidades indígenas beneficiárias em suas formas organizativas, valorizando sua realidade cultural; institucionalizar as culturas indígenas no âmbito público, fazendo com que os serviços de atendimento a essas populações fosse articulados com este viés cultural; e que a coordenação e gestão destas políticas públicas, em nível local, fossem de fato assumidas pelas comunidades.

O programa contou com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no valor de 80 milhões de dólares (R\$ 160 milhões) e do governo chileno, que repassou 53 milhões de dólares (R\$ 127.200.000,00), num total de R\$ 287.200.000,00. Este programa centrou suas ações em 645 comunidades das várias regiões administrativas, onde vivem 94% da população Mapuche, Aymara e Atacamenha.



Foto: Arquivo Cimi SP

O parto no Hospital Regional de Iquique

Na tradição aymara as mulheres têm seus bebês de cócoras, ajudadas pelo marido, tomando chás e sendo cobertas com uma manta, pois o frio, segundo a tradição indígena, transmite males. Para conservar esses costumes, o Programa *Origens* e o Ministério de Saúde criaram no próprio hospital o parto inter-cultural, que é um dos 376 projetos já implantados.

Esta sala de parto tem mais de dois anos e por ela já passaram cerca de 60 mulheres, todas com excelentes resultados. Segundo o médico chefe do projeto, Patricio Miranda, “o bom é a preparação antecipada da paciente, dando-lhe confiança e as facilidades para que se sinta o mais confortável possível. No momento de dar à luz, tem a companhia de seus familiares mais diretos, o que facilita o parto”.

A decisão de como ter o bebê – se na cama, sentada, de cócoras ou na cadeira de parto –, depende apenas da mãe. Não há nenhum tipo de imposição da equipe médica, composta por um médico, três enfermeiras e uma parteira indígena. Esta última é uma das mais importantes neste processo. Ela orienta, cuida, recomenda e pre-

para a futura mãe para que o parto seja o mais natural possível.

“O que tem dificultado é a falta de confiança que as mulheres grávidas têm. Elas pedem para que eu esteja sempre a seu lado”, conta a parteira Reina Cáceres, que já atendeu mais de 110 partos em toda sua carreira. Observa que antes, durante e depois do parto, as gestantes têm a possibilidade de contar com a assistência do esposo ou da mãe. Inclusive se as condições o permitem, realizam o tradicional *manteo*, quando a criança é colocada nas costas, para melhor acomodação. É permitido que a mãe possa participar ativamente do parto, como receber ela mesma seu filho, cortar o cordão umbilical, e outros procedimentos, que vão fomentando o vínculo mãe-filho. É também a família que irá determinar o que se fará com a placenta.

Os resultados foram expressivos: 11 mulheres grávidas procuraram o hospital pela primeira vez para ter ali seus partos, o que correspondeu a 20%, sendo possível verificar que um atendimento baseado no respeito das necessidades psicológicas, emocionais e cultu-

rais das mulheres, além de ser um direito, trouxe muitos benefícios concretos.

Podemos elencar alguns: diminuiu o número de cesarianas e favoreceu o parto normal, mostrando que o atendimento ao parto pode se adaptar às necessidades de cada mulher; que a tolerância à dor é maior com o apoio familiar, convertendo-se num momento de grande satisfação, tornando-se um dos momentos mais gratificantes da vida; a ingestão de chás aquece o corpo, estimulando a transpiração, o que parece favorecer a dilatação do colo cervical e a dinâmica uterina; e finalmente há o respeito por seus conhecimentos ancestrais, suas tradições, gerando grande confiança no sucesso do parto.

Armenia Aravire, Aymará da comunidade de Colchane, observava, após seu parto, que “é quase o mesmo que quando temos os nossos filhos no povoado. Aqui tem mais elementos que facilitam o nascimento, mantendo assim toda nossa tradição”. E termina com uma frase muito importante: “Estou feliz”. Esta é a saúde que vai além da cura da doença, buscando o bem-estar físico e psíquico. ■

Registro dos participantes do encontro de Formação e Articulação Indígena com a temática da saúde, que ocorreu em novembro de 2008 no Pico do Jaragua, aldeia Guarani

* Aluno da Pontifícia Universidade Católica do Chile, em programa de intercâmbio cultural com a PUC-SP. Palestra proferida no IV Encontro de Formação e Articulação dos povos indígenas de São Paulo, realizado na Aldeia Guarani Tekoa Pyaú, na cidade de São Paulo, em novembro de 2008.

“Fazem obra
de paz aqueles
que se aplicam
a despertar a
atenção para
os valores das
diferentes
culturas, para a
especificidade
das sociedades
e para as
riquezas de
cada povo”

Papa João Paulo II
Discurso de 1º/01/1982

A TERRA NA COSMOVISÃO INDÍGENA

Para os povos indígenas, a terra é fonte e mãe da vida, o espaço vital, a garantia da existência e reprodução enquanto coletividades específicas e diferenciadas. Não é possível imaginar um povo indígena sem terra. Por isso, a defesa do território equivale à defesa da sobrevivência material e espiritual. O que acontece com a terra acontece com os filhos da terra.

A terra não é, como na mentalidade capitalista, apenas fator econômico-produtivo ou bem comercial, de propriedade individual, que pode ser comprado ou transferido segundo as leis do mercado.

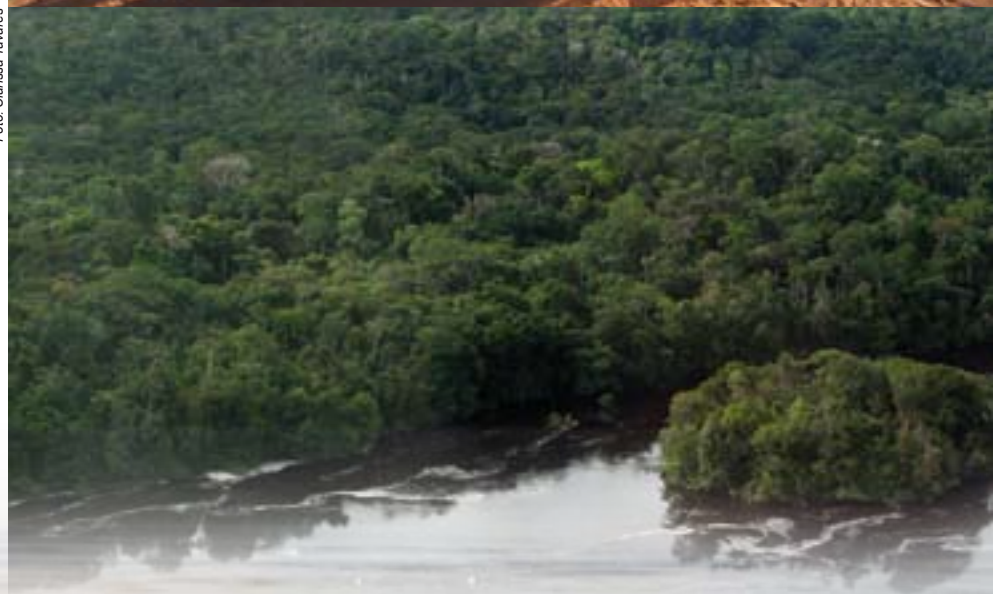
Porque a terra não é só a base do sustento, mas também o lugar onde jazem os ancestrais, onde se reproduzem a cultura, a identidade e a organização social. Essa base territorial abrange o solo e o subsolo, a flora e a fauna, a água e o ar, os lugares sagrados.

Por tudo isso, os indígenas reivindicam que seja reconhecido e respeitado seu direito à terra, isto é, a seus territórios historicamente definidos e contínuos, sem os quais sua existência enquanto povos étnica e culturalmente diferenciados fica comprometida.

Guarani Kalowá (MS) - Foto: Egon Heck



Foto: Clarissa Tavares



Rio Negro / São Gabriel da Cachoeira (AM)
Foto: Clarissa Tavares



APOIADORES

caritas



POBANTIA